

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: _____

Data: 28.09.83

Pg.: _____

Juiz acusa entidade de agitar índio

Das sucursais e do serviço local

O juiz da 2ª Vara da Justiça Federal da Bahia, Lázaro Guimarães, acusou ontem em Salvador a Associação Nacional de Apoio ao Índio, seção da Bahia (Anai-BA), e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de estarem agitando os índios **pataxó há-há-hãe** da reserva São Lucas, no Sul do Estado, dando conselhos que "só servem para atrapalhar tudo, pois se algumas das lideranças índias não dessem ouvido, tudo estaria em paz e seria resolvido mais facilmente", ressaltou.

Lázaro Guimarães, em cuja vara corre o processo movido pela Funai contra os fazendeiros e o governo do Estado na disputa da posse das terras da reserva São Lucas, informou ontem que no próximo dia 10 será realizada a audiência de julgamento e até o dia 20 dará sua sentença. No último domingo ele ordenou que os 80 índios dissidentes da tribo fossem removidos da Fazenda Providência, que haviam invadido no início do mês, para uma área da reserva, ficando separados do restante do grupo.

Segundo o juiz, os últimos agentes do DPF sairão hoje da reserva São Lucas porque a presença deles já não é mais necessária. Informou, contudo, que os índios líderes dissidentes não foram para a reserva. O índio Samado dos Santos preferiu ficar em uma pequena posse de terra que tem na área e o cacique Nailton Munis será transferido para um posto da Funai, em Itaju do Colônia, na Bahia, ou para outro posto, em Minas. Nailton é irmão de Hígino Munis, que matou o cacique Edízio por causa das dissidências na tribo, sobre os limites da reserva.

Em Brasília, o Conselho Indigenista Missionário divulgou nota, pela CNBB, condenando a remoção compulsória dos índios **pataxó**. O Cimi teme que poderão eclodir sérios conflitos na área da reserva São Lucas para onde foi removido o grupo, pois no local conviverão índios que se tornaram inimigos desde o assassinio do cacique Edísio.

O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, ao falar sobre o caso **pataxó**, disse que a entidade insiste nas "gravíssimas injustiças cometidas nessa expulsão". Os índios, segundo sustenta o dirigente da CNBB, "foram enganados com promessas de não serem levados para a Fazenda São Lucas, ficaram o dia todo à beira da estrada e estiveram expostos ao quase massacre diante do grupo opositor".

"Este fato — acentuou — é público e notório e depõe contra a falta de humanidade e justiça das autoridades do governo da Bahia, da Funai e do Ministério do Interior."

Já em São Paulo, a Comissão Pró-Índio enviou ontem ao presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, telegrama de protesto com o seguinte teor:

"Protestamos pela maneira como foi efetuada a transferência dos índios **pataxó há-há-hãe** reassentados na Fazenda São Lucas, sem comida e água. Preocupados com possibilidade de conflito interno entre os dois grupos, pedimos garantia de vida para esses índios".

A antropóloga Lux Vidal, presidente da entidade, alertada pelo noticiário de **O Estado de S. Paulo**, sugeriu, ainda, que a Comissão Permanente do Índio, recentemente constituída no Congresso sob a presidência do cacique Mário Juruna, "visite a área, converse com os índios e encontre uma maneira de apoiá-los, resguardando seus interesses no inquérito movido pela Funai contra os fazendeiros e o Estado da Bahia".